

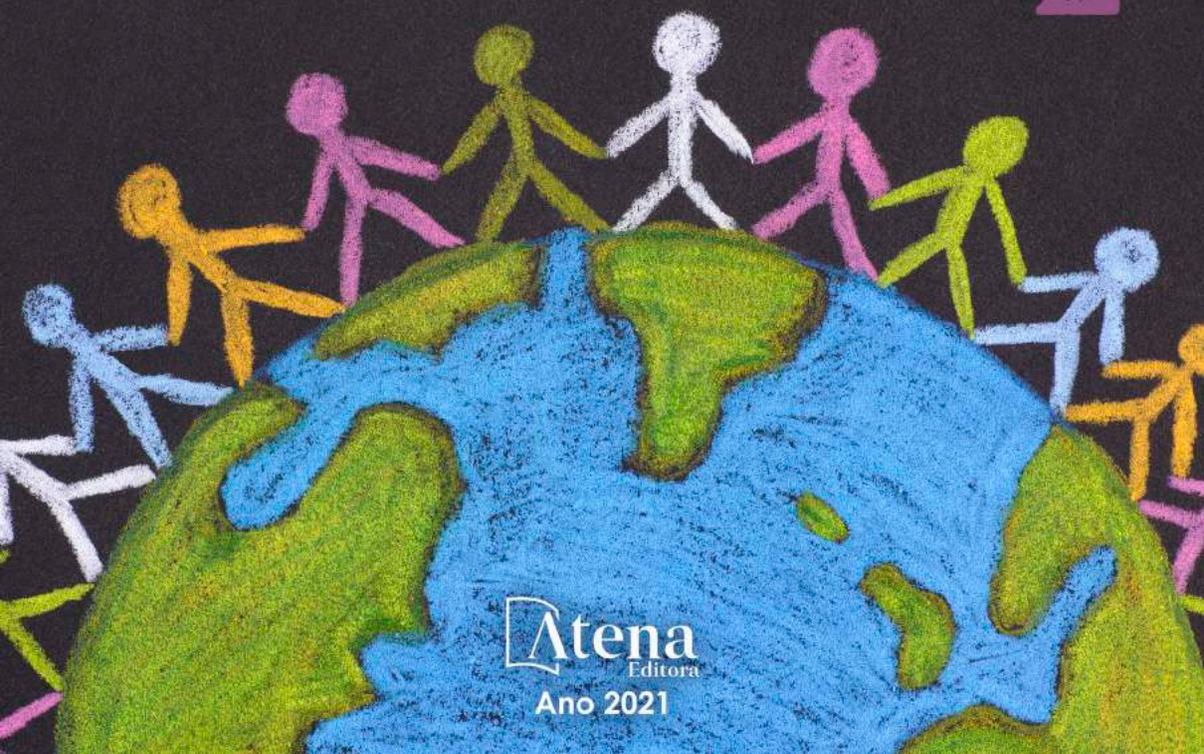
AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

2



Atena
Editora
Ano 2021

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-653-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.536211611>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“Educação enquanto fenômeno social: Democracia e Emancipação Humana”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, a mulher negra, o trabalhador, a juventude rural, os professores em seus diferentes espaços de trabalho, entre outros.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ESTRATEGIAS UNIVERSITARIAS PARA EL FORTALECIMIENTO DEL CAPITAL SOCIAL

Jorge Narciso España Novelo

Geovany Rodríguez Solís

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116111>

CAPÍTULO 2..... 13

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE (UNI-RN)

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros

Fábio Fidelis de Oliveira

Vania de Vasconcelos Gico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116112>

CAPÍTULO 3..... 23

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM TEMPOS DE INCLUSÃO ESCOLAR UMA REFLEXÃO PARA CONSTRUÇÃO DE MODELOS E PRÁTICAS AVALIATIVAS

Mônica Simão Mandlate

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116113>

CAPÍTULO 4..... 37

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS NO BRASIL E EM PORTUGAL: REFLEXÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS ENVOLVENDO LEGISLAÇÃO E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Fabiana Diniz Kurtz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116114>

CAPÍTULO 5..... 49

EL APRENDIZAJE SIGNIFICATIVO CAMINO PARA APRENDER A SER EN EL MUNDO

Mafaldo Maza Dueñas

Vanessa García González

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116115>

CAPÍTULO 6..... 61

AS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DURANTE A PANDEMIA

Alessandra Pimentel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116116>

CAPÍTULO 7..... 76

INCLUSÃO DIGITAL EM ESCOLAS DO CAMPO: UMA AVALIAÇÃO BASEADA EM DADOS SECUNDÁRIOS

Paula Lamb Quilião

Natália Rampelotto Santi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116117>

CAPÍTULO 8..... 89

AS EXPERIÊNCIAS CLÁSSICAS DE PIAGET NA ATUALIDADE: A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NAS CRIANÇAS INFLUENCIA OS RESULTADOS OBTIDOS?

Filomena de São José Bolota Velho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116118>

CAPÍTULO 9..... 110

ENSINO DE HISTÓRIA ALÉM DAS AMARRAS: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CONTINUADA SIGNIFICATIVA

Júlia Silveira Matos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5362116119>

CAPÍTULO 10..... 128

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS POTENCIALIDADES DO ERRO NA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA

Nelson Luiz Graf Odi

Magda Cabral Costa Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161110>

CAPÍTULO 11..... 139

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Fernanda de Fátima Cassimiro Alcântara

Hanen Sarkis Kanaan

Thais Silva Franco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161111>

CAPÍTULO 12..... 148

INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DIFERENTES FORMAS DE POBREZA

Amanda Mabel Zanga

Bettina Laura Donadello

Hebe Carlota Anadón

Marcos Horacio Arrúe

María Cristina Cantore

Ana Carolina Ezeiza Pohl

Alejandro Oscar Goitea

Nicolás Félix Kotliar

Zulema Juana Nisi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161112>

CAPÍTULO 13..... 158

DIDÁCTICA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR, SUSTENTO TEÓRICO Y REFLEXIÓN PRÁCTICA

Federico Ramón Pafundi

Carolina Mabel Ravinale

Carolina Florencia Sánchez

Juan Carlos López Gutiérrez

Isarelis Pérez Ones

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161113>

CAPÍTULO 14..... 167

A MATEMÁTICA E SUA FORMA LÚDICA DE ENSINAR

José Roberto Costa

Queren de França Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161114>

CAPÍTULO 15..... 179

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: TROCA DE SABERES ENTRE A ATENÇÃO BÁSICA E A ALTA COMPLEXIDADE

Mariana Ribeiro Marques

Rodrigo Domingos de Souza

Aline Decari Marchi

Tatiane Felizari Gregghí Nasser

Jéssica da Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161115>

CAPÍTULO 16..... 181

GRAMSCI ESTADO E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO DE ESTADO CONFORME GRAMSCI

Valtaír Francisco Nunes de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161116>

CAPÍTULO 17..... 193

UMA HISTÓRIA DE CONSTITUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DE DIDÁTICA DA FFC-UNESP/MARÍLIA (1963-2005): O CURSO DE PEDAGOGIA EM FOCO

Leonardo Marques Tezza

Rosane Michelli de Castro

Rodolfo de Oliveira Medeiros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161117>

CAPÍTULO 18..... 204

SEXUALIDAD DESORIENTADA Y JUVENTUD: CAUSAS DE DESIGUALDAD

Juan Carlos Rodríguez Mata

María Del Rosario Hernández Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161118>

CAPÍTULO 19..... 215

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONTRIBUTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO

Priscila Vieira Ferraz de Melo

Luana Cristina Aguiar Louzeiro Sousa

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161119>

CAPÍTULO 20..... 224

POLÍTICA PÚBLICA INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN QUE IMPACTA EL SISTEMA ESCOLAR DE ESTADOS UNIDOS: ¿GLOBALIZACIÓN SIN BILINGÜISMO?

Nhora Gómez-Saxon
Allison Tarwater Reeves
Aida Cristina Perdomo
Isabel Hernández Arteaga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161120>

CAPÍTULO 21..... 239

A LINGUAGEM MATEMÁTICA E SEUS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS: UMA EXPERIÊNCIA NAS TURMAS DE ENSINO MÉDIO DA NOVA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (NEJA)

Elaine Estaneck Rangel dos Santos
Almy Junior Cordeiro de Carvalho
Shirlena Campos de Souza Amaral
Gabriela do Rosario Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161121>

CAPÍTULO 22..... 252

DISCIPLINA PARA O FUTURO. NOTAS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA COVID NA EDUCAÇÃO EM DESIGN

Andrea Carri Saraví
Valentina Perri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161122>

CAPÍTULO 23..... 261

EDUCAÇÃO NA ERA DA CIBERCULTURA. O POLO INFORMÁTICO E AS POTENCIALIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DE UM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL

Aliandra Barroso Cardoso Heimbecker
Maria Ione Feitosa Dolzane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161123>

CAPÍTULO 24..... 289

A CONTEMPORANEIDADE DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO EM ANÍSIO TEIXEIRA PROPAGADA COM A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

Aline Lucielle Silva
Jonathan Faraco França
Madalena Pereira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161124>

CAPÍTULO 25..... 299

TRILHA INTERDISCIPLINAR PELA ARTE DOS AZULEJOS DE BELÉM

Luciano Santana Begot
Cristina Lúcia Dias Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161125>

CAPÍTULO 26.....315

FLAGRANDO CONEXÕES: DA MODERNIDADE ÀS TRANSFORMAÇÕES
SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS AO ENCONTRO DA CIDADE DE ITATIBA-SP,
PERÍODO (1890-1920)

Andréia Cristina Borges Rela Zattoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53621161126>

SOBRE O ORGANIZADOR.....325

ÍNDICE REMISSIVO.....326

INCLUSÃO DIGITAL EM ESCOLAS DO CAMPO: UMA AVALIAÇÃO BASEADA EM DADOS SECUNDÁRIOS

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 20/08/2021

Paula Lamb Quilião

Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em saúde pública pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), graduanda do Curso de Pedagogia da Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB) Alegrete/Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/0811711757210908>

Natália Rampelotto Santi

Curso de Biologia do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Uninter, graduanda do Curso de Letras Livras pela UNIASSELVI Alegrete/Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/1835442971701220>

RESUMO: O ano de 2020 está marcado historicamente por uma das maiores emergências em saúde pública em escala mundial, afetando diversos setores, de forma a evidenciar as desigualdades sociais. Na educação, percebeu-se as desigualdades no acesso ao ensino remoto, implantado também no Brasil. A educação no campo, antes mesmo da pandemia do novo coronavírus, já se apresentava a margem de políticas públicas e aquém de recursos tecnológicos. Considerando a inclusão digital como a atual forma de manter o ensino seguro neste momento e sabendo que esta inclusão se dá de forma mais desigual em escolas da

zona rural, buscamos dados secundários sobre o uso da internet na educação para traçarmos um diagnóstico emergente sobre o ensino remoto em escolas do campo. Os resultados desta avaliação apontaram que o celular vem sendo a ferramenta tecnológica mais utilizada para acessar as aulas à distância. Metade das escolas rurais possuem computador e apenas 24% destas possuem acesso à internet, sendo que 40% das escolas afirmam que não há estrutura para acesso à internet na região. Através destes pontos em destaque, pautamos a necessidade da organização da rede de ensino, priorizando locais de difícil acesso a internet, de vulnerabilidade, para que sejam implementadas estratégias de promoção ao ensino à distância de forma qualificada.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Rurais; inclusão; inclusão digital; tecnologias de informação e comunicação.

DIGITAL INCLUSION IN RURAL SCHOOLS: A ANALYSIS ON SECONDARY DATA

ABSTRACT: The year 2020 is historically marked by one of the biggest public health emergencies in the world, affecting several sectors, in order to highlight social inequalities. In education, it was noticed the inequalities in access to remote education, also implemented in Brazil. Education in the countryside, even before the new coronavirus pandemic, was already on the fringes of public policies and short of technological resources. Considering digital inclusion as the current way to keep teaching safe at this time and knowing that this inclusion is more unequal in

rural schools, we searched secondary data on the use of the internet in education to draw an emerging diagnosis on teaching remote in rural schools. The results of this evaluation showed that the cell phone has been the most used technological tool to access distance classes. Half of the rural schools have a computer and only 24% of these have internet access, with 40% of the schools claiming that there is no infrastructure for internet access in the region. Through these highlighted points, we underline the need to organize the education network, prioritizing places of difficult access to the internet, of vulnerability, so that strategies to promote distance learning in a qualified manner are implemented.

KEYWORDS: Rural Schools; inclusion; digital inclusion; information and communication technologies.

INTRODUÇÃO

No início de 2020, mais de 186 países fecharam escolas, total ou parcialmente, para conter a disseminação da Covid-19, atingindo cerca de 70% dos alunos. Oliveira, Gomes e Barcellos (2020) retratam estes dados no relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), e consideram que esse fechamento vem afetando o calendário escolar, e torna-se incerto o seu impacto sobre o aprendizado dos alunos. A aprendizagem é uma atividade indispensável à sociedade (JOYE, MOREIRA & ROCHA, 2020).

No Brasil, de forma improvisada, a maioria das secretarias de educação organizaram as atividades escolares como forma de garantir a aprendizagem dos estudantes de forma não presencial. O Parecer n° 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) posicionou-se dizendo que as atividades pedagógicas não presenciais serão computadas para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, podendo ser desenvolvidas por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e/ou seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (CUNHA, SILVA e SILVA, 2020).

Para Burgess e Sievertsen (2020) este bloqueio em escala global das instituições educacionais causará perdas no processo de aprendizagem dos alunos. O ensino está se movendo *online*, em uma escala não testada e sem precedentes.

A atual expansão do ensino em casa pode, à primeira vista, ser considerada positiva, entretanto, esse modelo de ensino sempre foi visto como um complemento às informações da escola, não substitutivo, assim como a participação dos pais, que complementam o aprendizado. No Brasil, o corpo docente parte para o improvisado usando redes sociais, fazendo uma produção ineficiente de videoaulas online, enviando atividades previamente selecionadas dos livros didáticos através de grupos de aplicativos de conversas (JOYE, MOREIRA & ROCHA, 2020). As medidas de isolamento e as aulas ministradas de forma remota transferiram a sala de aula para os domicílios de estudantes e professores, enquanto

os recursos digitais passaram a ser os principais meios de interação entre as escolas e as famílias (CETIC, 2020).

Anterior a pandemia pelo coronavírus, a utilização das tecnologias digitais remotas já vinha suscitando muitas críticas e questionamentos, sobretudo quando vários alunos não têm o devido acesso à internet, principalmente no que se refere ao seu emprego nos computadores, pois grande parte deles só conta com celulares (OLIVEIRA, DOS SANTOS LISBÔA & SANTIAGO, 2020).

Uma pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) divulgada em 2019 aponta que 58% dos domicílios no Brasil não têm acesso a computadores e 33% não dispõem de internet. Entre as classes mais baixas e escolas públicas, o acesso é ainda mais restrito, e nas áreas rurais, nem mesmo as escolas têm acesso à internet, dados que evidenciam desigualdades nas condições e nas oportunidades de uso das tecnologias entre os estudantes. No Brasil, a tecnologia é muito cara e restrita à classe média e alta, *smartphones*, televisões com acesso à internet, tablets e computadores ainda possuem preços elevados no mercado brasileiro, tornando-se distante da realidade da maioria dos lares (JOYE, MOREIRA & ROCHA, 2020). Para alunos e professores, a Internet é um manancial de informações e conhecimentos e possibilita o acesso a novas ideias, acervos, artigos científicos e de opinião, além de diversas novas formas de construção de ideologias e imaginários (BELUSSO & PONTAROLO, 2017).

A pandemia trouxe à tona as limitações do ensino remoto, que não dependem apenas do acesso as tecnologias e à internet, mas também exercem grande pressão sobre as famílias. Estes instrumentos tecnológicos podem apresentar-se como uma oportunidade para desenvolver habilidades, estabelecer rotinas e uma aproximação maior com o processo de aprendizagem dos filhos, entretanto estas oportunidades nem sempre são favoráveis em ambientes mais carentes (OLIVEIRA, GOMES e BARCELLOS, 2020).

A escola é um equipamento social indispensável, assim como ressalta a Constituição Federal de 1988, no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo número 3º aborda que deve haver igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996). Se a educação é um direito de todos e todas, é necessário questionar como se dará este processo de forma “remota”, tendo em vista a situação das escolas do campo, caracterizadas pelas suas distâncias dos centros urbanos, infraestrutura precária e com poucos recursos tecnológicos. Barros e Ferreira (2020) alertam que mais de 37 mil escolas no campo foram fechadas nos últimos 15 anos no país, muitas são as dificuldades para os estudantes das escolas rurais. O processo histórico de sucateamento do ensino rural foi percebido como uma das plataformas de

manutenção do sistema de dominação capitalista, ou seja, a educação emancipatória sequer foi mencionada ou defendida como critério de modernidade.

A educação do campo nasce da luta territorial entre campesinato e agronegócio, e precisa pensar a construção de conhecimento para a fomento de um projeto efetivamente transformador da situação posta na atualidade. A Internet como ator envolvido na compreensão dos fluxos de informação, de conhecimento e de poder que percorrem estes territórios, pode vir a expandir a consciência dos direitos de elaboração de políticas públicas de inclusão e geração de bem-estar, que vão do acesso a serviços públicos de saúde e educação à organização para o desenvolvimento no contexto local e regional. A educação é uma política social que tem importante caráter econômico, porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Torna-se necessária uma política educacional que atenda sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista de políticas (BELUSSO & PONTAROLO, 2017).

Dentre as graves carências das escolas rurais, destacam-se: a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, que apresenta um patamar de 23,3% na área rural, três vezes superior aos que residem na zona urbana, que se encontra em 7,6%; a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural, é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos; as condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental extremamente precárias, pois 75% dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca, 98% em escolas que não possuem laboratório de ciências, 92% em escolas que não têm acesso à internet (MOLINA, MONTENEGRO, OLIVEIRA, 2009).

Atualmente a tecnologia faz parte da sociedade como um todo, independentemente de classe social ou da origem cultural a que pertença. Todo cidadão tem o direito a vivenciar esse contexto e explorar a potencialidade das tecnologias, não importando que ele seja oriundo da zona urbana ou rural. Daí a preocupação dos nossos educadores e gestores educacionais para que sejam implantadas mais políticas públicas que visem a acelerar a chegada da tecnologia e da Internet às zonas rurais brasileiras, que via de regra são as mais desassistidas no que diz respeito a recursos tecnológicos. (BELUSSO & PONTAROLO, 2017). A construção do conhecimento deve ser voltada para interesses, necessidade e identidade dos povos que vão construindo seu espaço.

Cabe apontar que diversos direitos fundamentais há muitos declarados e protegidos pela nossa Constituição somente podem ser hoje efetivamente exercidos se o indivíduo gozar de aparelhos com capacidade de conexão e, é claro, de acesso afetivo à internet e que está seja de uma qualidade mínima para que possa de fato exercê-los. Diante desta nova configuração social gerada pela expansão do acesso à internet é possível concluir que o próprio exercício da cidadania não é possível hoje sem que o indivíduo tenha efetivo acesso à internet (GAMBA, 2020).

Esta situação agrava-se com o advento da atual pandemia de COVID-19, isto

pois o isolamento social dela resultante gerou uma maior demanda por serviços digitais. Tal necessidade de acesso alcançou a vida profissional e pessoal dos indivíduos, bem como afetou diretamente a área da educação, na medida em que as práticas de ensino a distância somente podem ser efetivas na medida em que os alunos disponham de aparelhos e conexões adequadas para tanto. Ocorre que, conforme observado nestes tempos, a pandemia acelera processos existentes antes de seu advento, incluindo aí os processos de reprodução das desigualdades sociais tão marcantes em nossa realidade (GAMBA, 2020). O acesso às tecnologias de modo concreto e real pode ser considerado como fomento necessário a educação do campo para auxiliar na reflexividade das condições de existências social que contribuam na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre o campo e a cidade (BELUSSO & PONTAROLO, 2017). É importante repensar nas escolas do campo, desenvolver práticas para a melhoria, não só da infraestrutura, mas uma melhoria na capacitação dos professores.

Cunha, Silva e Silva (2020) ressaltam em seu artigo que existem dois níveis de exclusão digital, o primeiro tem relação com o acesso, e as variáveis mais importantes na determinação de desigualdades neste quesito são pobreza, renda familiar e idade. Por outro lado, no segundo nível, relacionado ao uso mais qualificado, fatores socioculturais relativos à etnia, ao gênero e ao grau de instrução estão mais fortemente relacionados com desigualdades em termos de habilidades e usos das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. Essa diferenciação quanto aos níveis de exclusão digital é uma tendência nas pesquisas mais recentes sobre esse tema. O entendimento que norteia essas investigações é que só o acesso ou a sua possibilidade não se desdobra necessariamente em melhorias efetivas na vida dos usuários. Essa compreensão não diminui a importância de políticas públicas que continuem buscando garantir o acesso à internet como um direito relevante na contemporaneidade.

Considerando a inclusão digital como a atual forma de manter o ensino seguro neste momento, e sabendo que esta inclusão se dá de forma mais desigual nas escolas da zona rural, o presente artigo busca caracterizar o uso da internet na educação fornecer informações sobre o ensino remoto em escolas do campo.

METODOLOGIA

O estudo tem abordagem quali-quantitativa, através de uma análise de dados secundários da Pesquisa TIC Educação: Escolas Rurais – 2019; e do Painel TIC Covid-19, 3ª edição: Ensino Remoto - 2020, realizados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR). Conta com o apoio institucional do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de

Educação (Undime) e de especialistas vinculados a organizações não governamentais e a importantes centros acadêmicos. O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil.

A Pesquisa TIC Educação: Escolas Rurais – 2019, realizou coleta em escolas públicas (exceto federais) e privadas de qualquer modalidade de ensino de abrangência nacional, através de entrevistas presenciais e telefônicas. Dela foi utilizado os indicadores:

- Indicador B1A: Escolas rurais que possuem computador, por tipo de computador;
- Indicador B1C: Escolas rurais, por número de computadores com acesso à internet;
- Indicador B2A2: Escolas rurais que possuem computador com acesso à internet e escolas que não possuem computador, mas acessam a rede por meio de outros dispositivos;
- Indicador B2B: Escolas rurais que não possuem computador ou computador em funcionamento, mas possuem acesso à internet;
- Indicador B2C: Escolas rurais que não possuem computador ou computador em funcionamento, por dispositivos utilizados;
- Indicador B2D1: Escolas rurais por motivos para não utilizar internet;
- Indicador B4A: Escolas rurais por uso de telefone celular em atividades administrativas;
- Indicador B4D: Escolas rurais por uso de telefone celular pelos professores em atividades pedagógicas com os alunos;
- Indicador B6A: Escolas rurais por espaços de uso pedagógico e administrativo presentes na escola;
- Indicador: B7A: Escolas rurais por uso de computadores e da internet pela comunidade.

O Painel TIC Covid-19, 3ª edição: Ensino Remoto – 2020, realizou uma pesquisa experimental com usuários de internet através do painel web complementado por entrevistas telefônicas, no período de 10/09/2020 a 01/10/2020. Os indicadores selecionados deste estudo foram:

- Indicador C8W: Usuários de internet por atividades realizadas na internet – educação e trabalho;
- Indicador J6W: Usuários de internet pelo telefone celular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do Painel TIC Covid-19 que trata sobre o Ensino Remoto, demonstraram que 55% dos estudantes realizaram atividades ou pesquisas escolares na internet. O celular foi o principal dispositivo utilizado para acompanhar as aulas e atividades remotas, sobretudo nas classes socioeconômicas mais baixas. O celular que antes era visto como uma distração, hoje é um aliado para a educação, auxiliando os alunos no desenvolvimento das aulas. A maior parte dos estudantes acessou os conteúdos por meio de recursos digitais, principalmente via site, rede social ou plataforma de videoconferência (71%) e, em menor medida, por meio de aplicativos disponibilizados pela instituição ou pelas Secretarias de Educação (55%). Muitos relataram dificuldades para acessar os conteúdos das aulas e atividades remotas, sendo as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes a dificuldade em esclarecer dúvidas com os professores (38%), a falta ou baixa qualidade da conexão à internet (36%) e a falta de estímulo para estudar (33%).

A necessidade de buscar emprego (56%), de cuidar da casa, dos irmãos, filhos ou de outros parentes (48%) e a falta de motivação para assistir às aulas (45%) estavam entre os motivos citados em maiores proporções pelos usuários de internet com 16 anos ou mais que não acompanharam aulas ou atividades ofertadas pelas instituições de ensino. Entre os mais carentes, os principais motivos apontados foram a necessidade de buscar um emprego (63%), cuidar da casa, dos irmãos, filhos ou outros parentes (58%) e a falta de equipamentos para acessar as aulas (48%). Abaixo consta o gráfico retirado do Painel TIC Covid-19.



Gráfico 1: Motivos para não acompanhar aulas ou atividades remotas, percentual de usuários de internet que não acompanharam as aulas ou atividades ofertadas pela escola.

Fonte: Painel TIC Covid- 19, 2020.

O telefone celular foi o dispositivo mais citado entre os usuários (37%) como dispositivo utilizado com maior frequência para acompanhar as aulas e atividades educacionais remotas (Gráfico 6). O celular foi citado por 22% dos usuários das classes AB, 43% dos usuários da classe C e 54% dos usuários das classes DE. Em grande parte dos casos, o celular utilizado nas atividades educacionais era de uso exclusivo dos estudantes (59%), mas 10% dos usuários afirmaram compartilhá-lo com outros moradores do domicílio.

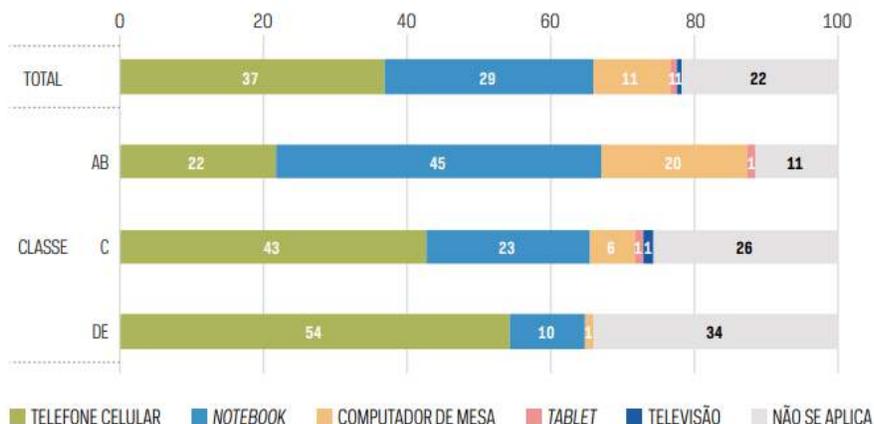


Gráfico 2: Dispositivos utilizados com maior frequência para acompanhamento de aulas ou atividades remotas por classe socioeconômica.

Fonte: Painel TIC Covid-19, 2020.

De acordo com a Pesquisa TIC Educação, 49% das escolas rurais possuem computador de mesa, 30% possuem computador portátil e só 4% possuem tablet. O número de computadores disponíveis na escola, 24% possuem de 1 a 5 computadores de mesa, sendo que 11% não tem nenhum; 22% possuem de 1 a 5 notebook na escola; e 2% possuem de 1 a 5 tablets. Quanto ao acesso à internet, 24% das escolas rurais possuem acesso à internet, sendo a região sul com maior proporção, 46%, e a nordeste com a menor, 13%. A falta de infraestrutura de acesso à internet na região (40%) e o alto custo da conexão (26%) foram os motivos mais relatados para não utilizar internet. Algumas escolas rurais acessam à internet por outros dispositivos (9%). Em escolas rurais que não possuem computador ou computador que esteja funcionando, 5% delas utilizam computadores pessoais, de algum funcionário da escola, 4%, utilizam seu celular. Muitas escolas utilizam o celular para executar atividades da instituição, 65% das escolas usam o celular para atividades administrativas, como comunicar-se com a Secretaria de Educação, contatar os pais dos alunos, sendo que apenas 3% o celular é próprio da escola; 52% dos professores utilizam seu celular para atividades pedagógicas com os alunos e 61% deles

levam computador portátil ou tablet para realizar suas atividades na escola. Apenas 18% das escolas possuíam Laboratório de Informática. Apenas 24% das escolas permitem o uso da internet ou de seus computadores pela comunidade. O professor muitas vezes é pouco habituado às questões ligadas ao uso da tecnologia na sala de aula e passa a produzir videoaulas. Na maioria das vezes o professor não tem formação inicial ou continuada para executar os atuais desafios e acaba utilizando os recursos digitais sem conhecimento pedagógico, o que implica diretamente no mau uso de suas potencialidades.

A angústia por cumprir o currículo faz com que as escolas enviem os conteúdos e atividades utilizando e-mails, redes sociais (JOYE, MOREIRA & ROCHA, 2020). A introdução das tecnologias digitais na escola rural deve obrigatoriamente ser seguida por um aperfeiçoamento, reciclagem e melhoria da formação dos seus professores para o “uso” das mesmas (BELUSSO & PONTAROLO, 2017). Esta capacitação não deve se resumir apenas à utilização de tecnologias em sala de aula, mas também, a momentos de reflexão em que professores e alunos possam conhecer, compreender e problematizar as dimensões políticas e econômicas que estão em jogo na produção dessas tecnologias. Daí a importância de que professores e estudantes saibam buscar informações, participem, produzam conteúdos próprios, planejem ações, incluam essas ferramentas digitais no cotidiano das escolas como mais um espaço de criação e expressão delas e dos sujeitos que com elas interagem. Que as tecnologias e a informatização utilizadas extrapolem o conteúdo ministrado em sala de aula, de forma que crianças, jovens, pais e professores possam utilizá-las como um importante instrumento para suas buscas, suas lutas e seus questionamentos.

O acesso às tecnologias de modo concreto e real pode ser considerado como o fomento necessário a educação do campo para auxiliar na reflexividade das condições de existência social que contribuam na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade e sobre a visão de atraso a que o campo está atrelado, possibilitando maior participação dos sujeitos do campo nas discussões sobre o desenvolvimento de seus territórios (BELUSSO & PONTAROLO, 2017). O currículo da escola do campo deve ter uma perspectiva na qual privilegie os saberes construídos pela população do campo, tampouco, ter foco nos saberes que preparam para a produção e o trabalho, possibilitando cidadãos que desejam continuar no campo ou ter possibilidade de se construir em outras realidades (BELUSSO & PONTAROLO, 2017).

A formação continuada de professores é muito importante, visto que o educador tem um papel muito importante, pois ele é mediador e trabalhador social, é fundamental na construção de uma sociedade mais equânime, nos quais os educandos desenvolvam a criticidade e possam lutar pelos seus interesses em meio a sociedade (BULGRAEN, 2010). O professor é uma ponte entre o estudante e o conhecimento, para que ele possa aprender a pensar e a questionar por si mesmo.

Bulgraen (2010) ainda defende que deve-se considerar as experiências sociais

acumuladas de cada aluno e seu contexto social, de modo a construir a partir daí, um ambiente escolar acolhedor em que o aluno se sinta como parte do todo e esteja totalmente aberto a aprendizagem. Deve ser levada em consideração as diferentes características, não só em termos de histórias de vida ou de região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo, reconhecer as crianças e jovens como seres sociais que implica em não ignorar as diferenças (KRAMER, 1989). Para Saccol, Schlemmer e Barbosa (2011) o conhecimento é fruto de construção do indivíduo feito em colaboração com professores e colegas, deve-se selecionar tecnologias que permitam interação intensiva entre as pessoas.

De acordo com os pensamentos de Mittler (2003) a formação continuada é fundamental, pois faz com que os educadores repensem e reflitam as propostas de mudanças que podem mexer com seus valores e crenças até transformar sua prática profissional. Mantoan (2009) pensa na formação de professores sob a perspectiva de que o belo da vida é essa possibilidade de que todos nós somos inacabáveis, estamos sempre mudando afinando (acertando) e desafinando (errando). O professor deve ser consciente da importância de adequar o planejamento de suas aulas de acordo com a necessidade dos alunos. O professor do campo tem lacunas em sua formação para compreender e trabalhar com a identidade do campo. É imprescindível que haja investimentos na formação continuada de professores que atuam no campo.

Os estudos realizados no processo de investigação, até o momento, apontam necessidades de intensificação de pesquisas e debates no âmbito das políticas e práticas pedagógicas para a transformação da realidade educacional das escolas do campo (FONTANA, 2011). O professor tem o verdadeiro papel de mediador, que almeja através da sua ação pedagógica ensinar os conhecimentos construídos e elaborados pela humanidade ao longo da história e assim contribuir na formação de uma sociedade pensante (BULGRAEN, 2010).

O ensino remoto de emergência” surgiu como um termo alternativo comum usado por pesquisadores de educação *online* e profissionais para traçar um claro contraste com o que muitos de nós conhecemos como educação *online* de alta qualidade. Em contraste com as experiências que são planejadas desde o início e projetadas para serem *online*, o ensino remoto de emergência (ERT) é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos e que retornariam a esse formato assim que a crise ou emergência diminuísse. A invisibilidade da escola rural, o descumprimento da legislação, o pacto entre agentes administrativos e a burocratização das ações necessárias para minimizar as mazelas enfrentadas nos cotidianos das escolas rurais são problemas recorrentes na perspectiva da educação no campo. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas sim, fornecer acesso temporário à instrução e suporte educacional de uma maneira que

seja rápida de configurar e esteja disponível de forma confiável durante uma emergência ou crise (HODGES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ineditismo deste evento não nos permite tecer considerações a curto ou médio prazo sobre como será o mundo no pós-pandemia. O isolamento social promoveu transformações econômicas severas imediatas, com a parada obrigatória de inúmeros setores, modificou nossa relação com a arte, devido à ausência do compartilhamento presencial de experiências de fruição e, no caso da educação, promove desconstruções sob a forma como o ensino e a aprendizagem são vistos socialmente (ARRUDA, 2020). Devemos ressignificar os processos educativos, sem perder o foco de nossas práticas: a formação humana de sujeitos em permanente processo de produção e reinvenção de suas próprias vidas (DOS SANTOS REIS, 2020). Os estudos realizados no processo de investigação, até o momento, apontam necessidades de intensificação de pesquisas e debates no âmbito das políticas e práticas pedagógicas para a transformação da realidade educacional das escolas do campo (FONTANA, 2011).

Através destes pontos em destaque, pautamos a necessidade da organização da rede de ensino, priorizando locais de difícil acesso à internet, de vulnerabilidade, para que sejam implementadas estratégias de promoção ao ensino à distância de forma adequada. A pandemia deve de alguma forma transformar nossas ações enquanto educadores, deve promover políticas públicas de modernização da educação de forma mais equânime.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. A.; FERREIRA, N. V. C. **Educação Rural**: ações pedagógicas e infâncias. Revista Exitus, Satarém/PA, v.10, p.01-31, 2020.

BELUSSO, A.; PONTAROLO, E. Uma reflexão sobre tecnologia digital nas escolas do Campo como possibilidade para o desenvolvimento dos territórios camponeses. **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2017.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 20 de novembro de 2020.

_____, **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acesso em: 09/11/2020.

_____, **Lei nº 14.040** de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_22/2020/lei/L14040.htm > Acesso em: 10/11/2020;

BULGRAEN, V. C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento**. Revista Conteúdo, Capivari, v.1, nº4, 2010.

BURGESS, Simon; SIEVERTSEN, Hans Henrik. Schools, skills, and learning: The impact of COVID-19 on education. VoxEu. org, v. 1, 2020.

CUNHA, L. F. F. da; SILVA, A. de S.; SILVA, A. P. da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924> Acesso em 04 de Novembro de 2020.

Centro regional de estudos para o desenvolvimento da sociedade da informação (cetic.br). Núcleo de informação e coordenação do ponto (nic.br). Comitê gestor da internet no brasil(cgi.br). Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacaoe/painel_tic_covid19_3edicao_livro%20eleo.pdf>. Acesso 04/11/2020.

_____. Disponível em: https://data.cetic.br/cetic/Pesquisa=TIC_EDU. Acesso em: 29/10/2020.

_____. Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisa/tic-covid-19/indicadores/>. Acesso em: 04/11/2020.

DOS SANTOS REIS, D. Coronavírus e desigualdades educacionais: reposicionando o debate. **Olhar de Professor**, v. 23, p. 1-5, 25 jul. 2020.

FONTANA, M. I. **Formação continuada de professores da educação do campo**: teoria e atitude investigativa em discussão. X Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

GAMBA, J. R. G. A importância social da tecnologia e o direito fundamental de acesso à internet. **Revista Eletrônica Sapere Aude**, v. 1, n. 2, p. 45-57, 2020. Revista Eletrônica Sapere Aude., São Paulo, n. único, p. 45-57, jan./dez. 2020.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3gency-remoting-and-online-learning>, 2020. Acesso em: 11/05/2020.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. **Educação à distância ou atividade educacional remota emergencial**: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, e521974299, 2020.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma proposta curricular**. São Paulo: Ática, 1989.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, M. C.; MONTENEGRO, J. L. A.; OLIVEIRA, L. L. N. A. Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. Brasília: **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)**, 2009.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. 1º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, J. B. A.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 555- 578, 2020.

OLIVEIRA, M. A. M.; DOS SANTOS LISBÔA, E. S.; SANTIAGO, N. B.. Pandemia do coronavírus e seus impactos na área educacional. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 17-24, 2020.

SACCOL, A.; SCHLEMMER, E. e BARBOSA J. M-learning e u-learning – novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua. São Paulo: Pearson, 2011.

SANTOS, C. E. F. dos. Relativismo e escolanovismo na formação do educador: uma análise histórico-crítica da licenciatura em educação do campo. Tese de Doutorado (PPGE/UFBA): 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9059>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem histórico-cultural 37, 39, 42, 47

Alfabetização 70, 140, 144, 146, 147, 203, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 243, 325

Anísio Teixeira 80, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Aprendizagem Matemática 128, 129, 177

Aprendizagens 18, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 62, 65, 95, 119, 141, 147, 217, 218, 261, 262

Aprendizaje significativo 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Arte 2, 17, 33, 52, 53, 59, 78, 86, 114, 153, 164, 211, 252, 266, 294, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314

Atualidade 79, 89, 177, 217, 222, 271, 272, 297

Avaliação 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 75, 76, 87, 93, 97, 120, 123, 125, 127, 130, 135, 141, 147, 153, 172, 173, 178, 192, 201, 241, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 259, 260, 270, 274, 275, 277

Azulejos 299, 300, 301, 303, 304, 306, 312, 313

B

Brasil 13, 14, 17, 19, 21, 22, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 62, 68, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 86, 87, 110, 113, 116, 117, 124, 128, 131, 132, 138, 139, 142, 147, 168, 169, 178, 187, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 218, 222, 239, 240, 242, 243, 249, 262, 264, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 300, 301, 302, 313, 314, 315, 316, 319, 320, 322, 323, 324

C

Cibercultura 67, 69, 75, 261, 269, 270, 284, 288

Comunicação visual 252, 255, 256, 257, 258

Concepção de Matemática 128, 132

Contextos 27, 47, 67, 87, 118, 137, 144, 161, 185, 187, 190, 219, 252

Covid-19 61, 62, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 258, 289, 290, 291, 296

Crianças 23, 24, 25, 26, 28, 29, 33, 34, 40, 45, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 108, 114, 134, 141, 142, 143, 145, 146, 153, 217, 218, 221, 222, 244, 246, 248, 266, 296, 323

D

Design 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260

Didáctica 8, 59, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 260

Didáctica de la educación superior 158, 162, 166

Disputas curriculares 181, 187

E

Educação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 94, 114, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 133, 138, 139, 142, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 166, 167, 172, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 218, 219, 220, 222, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 256, 261, 263, 265, 266, 267, 282, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 312, 315, 321, 322, 323, 325

Educação Matemática 138, 167, 178, 325

Educación 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 138, 148, 149, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 253, 260

Educación global 225, 229

Educación superior 4, 12, 148, 149, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 227, 228, 231, 235, 238

Enfermedades de transmisión sexual 204, 205, 206, 207

Ensino de História 110, 120, 122, 124, 125, 126, 127

Ensino e aprendizagem 37, 39, 41, 42, 47, 69, 77, 121, 122, 123, 131, 167, 170, 173, 218, 239, 241, 247, 268, 269

Ensino superior 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 38, 47, 61, 62, 73, 74, 89, 139, 149, 152, 194, 195, 196, 197, 203, 265, 284, 325

Erro 128, 129, 130, 131, 135, 137, 138, 278

Escolas Rurais 76, 78, 79, 80, 81, 83, 85

Estado 4, 18, 19, 37, 38, 47, 50, 58, 62, 78, 86, 94, 107, 131, 146, 175, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 195, 196, 204, 206, 207, 209, 211, 217, 218, 219, 228, 232, 233, 237, 239, 241, 244, 292, 294, 316, 321, 322, 323, 325

Estudo de caso 13, 264, 287

Experiencial 49, 51, 52, 54, 57, 70

Experiências clássicas de Piaget 89

F

Formação de professores 23, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 85, 110, 124, 127, 133, 139, 141, 146, 178, 188, 193, 195, 197, 199, 267, 325

Formação do sujeito 114, 124, 215, 216, 220, 266

G

Gramsci 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 192

H

Hegemonia cultural 181, 184

História da educação 194, 195, 197, 203, 265, 315, 323

História das disciplinas de didática 194

I

Ideologia de gênero 205, 209, 212

Inclusão 19, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 67, 68, 76, 79, 80, 92, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 266, 267, 284, 288

Inclusão digital 67, 68, 76, 80

Interdisciplinar 19, 178, 299, 300, 304, 306, 307, 310, 312, 313

Internacionalização da Educação Superior 13, 14, 18, 19, 20, 21

Investigação 14, 29, 33, 85, 86, 89, 95, 96, 108, 125, 135, 138, 155, 170, 193, 220, 250, 252, 254, 255, 257, 268, 286

J

Jogo 84, 91, 129, 167, 169, 172, 173, 174, 175, 177, 185, 190, 257, 265, 270

Joven 205

L

Lenguas extranjeras 225, 226, 229, 234

Letramento 37, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 243, 325

Linguagem Matemática; 240

Lúdico 51, 52, 53, 167, 174, 177

M

Matemática 40, 93, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 148, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 197, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 299, 305, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 325

Mediações didático-pedagógicas 261, 262, 263

N

Normativas en USA 225

Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA) 239, 240, 241, 244

Novas tecnologias 43, 61, 67, 70, 72, 75, 95, 177, 178, 246, 258, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 284, 286

O

Operações básicas 240, 246, 248, 249

Organizations 2, 225

P

Polo informático 261, 262, 263, 264, 265, 270, 271, 286

Profissionalização 110, 121, 124, 126, 325

R

Relato de experiências 13

S

Ser en el mundo 49

Séries iniciais 139, 143, 144

Social capital 1, 2

T

Tecnologia 13, 17, 18, 41, 46, 47, 62, 63, 65, 73, 78, 79, 84, 86, 87, 89, 94, 95, 107, 108, 153, 200, 216, 219, 250, 253, 258, 261, 265, 266, 267, 271, 282, 289, 294, 297, 299, 300, 312, 322

Tecnologia digital da informação e comunicação 289

Tecnologias de informação e comunicação 37, 47, 61, 76, 80, 265, 267, 270, 286

U

University policy 2

V

Virtual 62, 64, 72, 75, 151, 154, 259, 261, 262, 263, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 288, 289, 290, 291, 294

Vivencia 49, 51

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

2



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

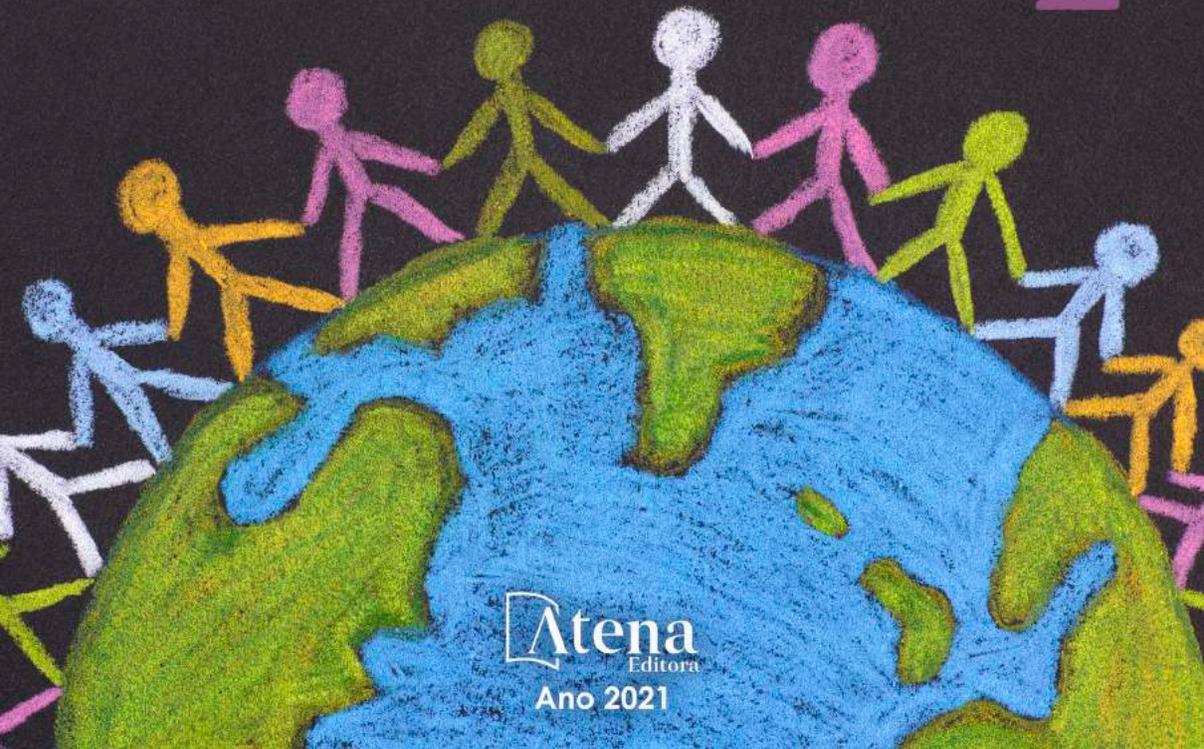
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

2



Atena
Editora
Ano 2021